Ministério da Educação de Angola

NOTA CONCEPTUAL

SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO
DA SUBVENÇÃO PARA O REFORÇO DAS CAPACIDADES DO SISTEMA
PARCERIA GLOBAL PARA A EDUCAÇÃO (GPE)

GRUPO BANCO MUNDIAL

ÍNDICE

Lista de Acrônimos e Abreviações 2
I. INTRODUÇÃO 3
II. CONTEXTO 4
Contexto do País 4
Contexto do Sistema Educativo 4
III. GPE EM ANGOLA 7
Subsídios da GPE em Angola 7
Seleção dos Agentes de Subvenção 7
Objectivo do Subsídio 7
IV. SUBSÍDIO PARA O REFORÇO DAS CAPACIDADES DO SISTEMA 9
Janela de Financiamento 9
Actividade 1 – Revisão dos Gastos Públicos com Educação (PER) 9
Actividade 2 – Quadro de Despesas a Médio Prazo (MTEF) 11
Actividade 3 – Plano de Acção Conjunto (PAC) com o Ministério das Finanças (MINFIN) 12
V. ORÇAMENTO 13
VI. CRONOGRAMA 14

Lista de Acrônimos e Abreviações

ANA	Avaliação Nacional das Aprendizagens
AFF	Análise dos Fatores Facilitadores
GPE	Parceria Global para a Educação
ITAP	Painel Consultivo Técnico Independente
LEG	Grupo Local da Educação
MED	Ministério da Educação
MESCTI	Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
MINFIN	Ministério das Finanças
MTEF	Quadro de Despesas a Médio Prazo
OGE	Orçamento Geral do Estado
PAC	Plano de Acção Conjunto
PER	Revisão dos Gastos Públicos com Educação
SCG	Subvenção para o Reforço das Capacidades do Sistema
TEST	Projecto de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

I. INTRODUÇÃO

A presente nota conceptual tem como objectivo apoiar a candidatura do Ministério da Educação (MED) de Angola à segunda Subvenção para o Reforço das Capacidades do Sistema (SCG), no âmbito da Parceria Global para a Educação (GPE). Esta solicitação visa financiar um conjunto de actividades estratégicas consideradas essenciais para o fortalecimento do sistema educativo nacional, em alinhamento com os principais instrumentos de planeamento do sector, as recomendações do Painel Consultivo Técnico Independente (ITAP, sigla em inglês) e os compromissos assumidos no Pacto de Parceria.

De acordo com a Análise dos Factores Facilitadores (AFF) conduzida pelo LEG, em 2023, com o objectivo de identificar os principais bloqueios à transformação do sistema educativo, destaca-se o "Volume, Equidade e Eficiência dos Gastos Públicos com Educação". Esta dimensão é reconhecida como crítica para garantir que os recursos públicos sejam alocados e utilizados de forma justa, eficaz e orientada para resultados, promovendo uma maior equidade geográfica e de género no acesso e na qualidade da educação.

Neste contexto, os fundos solicitados por meio desta nota conceptual destinam-se a apoiar as actividades previstas na Janela de Financiamento 2 do Pacto de Parceria: "Mobilizar uma acção e financiamento coordenados, de forma a promover uma mudança profunda". As acções propostas incluem:

(i) A realização de uma Revisão da Despesa Pública (PER) no sector da educação, com foco na análise do volume, equidade e eficiência dos gastos;
(ii) A elaboração de um Quadro de Despesas de Médio Prazo (MTEF) que reflita as prioridades do sector;
(iii) O desenvolvimento de um Plano de Acção Conjunto (PAC) com o Ministério das Finanças (MINFIN) para reforçar a coordenação interinstitucional.

Inclui também a conceção de uma fórmula de financiamento e de alocação de professores que incorpore critérios de equidade, incluindo considerações de género e localização geográfica.

Estas intervenções visam não apenas melhorar a gestão financeira do sector, mas também assegurar que os investimentos públicos em educação contribuam efectivamente para a melhoria dos resultados de aprendizagem e para a redução das desigualdades educacionais em Angola.

II. CONTEXTO

Contexto do País

Angola é um dos maiores países da África Subsaariana, com uma população estimada em cerca de 36 milhões de habitantes e uma das taxas de crescimento populacional mais elevadas do mundo. A estrutura demográfica é marcadamente jovem, com uma idade mediana de apenas 18 anos e uma das mais altas taxas de fertilidade global (4.8 filhos por mulher).[1] Apesar deste potencial demográfico, o país enfrenta desafios significativos para transformar este recurso em capital humano produtivo, devido a limitações no acesso a serviços básicos como educação, saúde e proteção social, especialmente entre as populações mais vulneráveis e nas zonas rurais.

A economia angolana é fortemente dependente do sector petrolífero. Após o fim da guerra civil em 2002, o crescimento económico foi impulsionado pelas receitas do petróleo, permitindo avanços em infraestruturas e serviços públicos. No entanto, esta dependência tornou o país vulnerável à volatilidade dos preços internacionais do petróleo, resultando em recessões prolongadas, como a que ocorreu entre 2016 e 2021. A diversificação económica permanece um desafio central, sendo o sector agrícola ainda responsável por cerca de metade do emprego, mas apenas 9 por cento do PIB.[2]

A pobreza e a desigualdade continuam a ser questões críticas. Cerca de 31 por cento da população vive abaixo da linha nacional de pobreza, valor significativamente superior à média dos países de rendimento médio-baixo. O índice de Gini do país está entre os dez mais altos do mundo, refletindo profundas disparidades regionais e sociais. A maioria dos angolanos ainda não beneficia diretamente da riqueza nacional, e o investimento em capital humano é insuficiente. De acordo com índice de capital humano do Banco Mundial, estima-se que uma criança nascida hoje em Angola será, em média, apenas 36 por cento tão produtiva quanto poderia ser se tivesse acesso pleno à educação e saúde de qualidade.

Apesar dos progressos significativos em várias áreas sociais e económicas desde o fim do conflito armado, Angola ainda enfrenta desafios estruturais profundos que afetam o desenvolvimento humano e a prestação de serviços públicos essenciais, como a educação. A elevada taxa de crescimento populacional, aliada à urbanização acelerada e às desigualdades regionais, exerce pressão sobre os sistemas de educação, saúde e proteção social. A pandemia da COVID-19 agravou ainda mais essas fragilidades, interrompendo o progresso em indicadores-chave de desenvolvimento e ampliando as disparidades no acesso à educação, especialmente entre as populações mais vulneráveis.

Contexto do Sistema Educativo

Angola caracteriza-se por uma população jovem e em rápido crescimento, o que impõe desafios adicionais ao sistema educativo. Factores estruturais como a elevada taxa de fertilidade, desigualdades regionais e limitações no acesso a serviços públicos essenciais continuam a impactar negativamente a capacidade do sector de educação em responder de forma equitativa e eficiente às necessidades da população escolar. O rápido aumento da população em idade escolar exige uma expansão contínua da oferta educativa, tanto em termos de infraestruturas quanto de recursos humanos.

[1] Angola Multiple Indicator and Health Survey (IIMS) 2023–2024.
[2] Angola Country Climate and Development Report 2022.

Apesar de avanços notáveis, como a redução da taxa de analfabetismo de 85 por cento em 1975 para 34 por cento em 2014, e o aumento das taxas de matrícula e conclusão no ensino básico, persistem desafios significativos. Entre 2018 e 2019, cerca de 5,2 milhões de crianças entre 5 e 11 anos estavam fora da escola, representando aproximadamente 30 por cento deste grupo etário. O número de professores no ensino primário diminuiu de 156.234 em 2014 para 96.805 em 2021, elevando o rácio alunos/professor e agravando as desigualdades, sobretudo nas zonas rurais.

A qualidade das aprendizagens permanece uma preocupação central. A Avaliação Nacional das Aprendizagens (ANA), tem revelado baixos níveis de proficiência em leitura e matemática, com disparidades acentuadas entre zonas urbanas e rurais, e perfil socioeconómico dos alunos. O sistema educativo enfrenta ainda desafios de eficiência e equidade, com taxas de aprovação no ensino primário ao redor de 75 por cento, mas com perdas significativas devido a reprovações e abandonos. No ensino secundário, as taxas de conclusão são ainda mais baixas, refletindo dificuldades de transição e permanência, especialmente para as raparigas e para alunos em zonas rurais.

O acesso à educação pré-escolar e a oferta de infraestruturas adequadas continuam limitados, com muitas escolas a funcionarem em condições precárias e sem recursos básicos. Além disso, a pandemia de COVID-19 agravou as fragilidades do sistema, interrompendo o progresso em indicadores-chave e ampliando as desigualdades no acesso e na qualidade da educação. Estima-se que o encerramento das escolas tenha afetado cerca de 8,7 milhões de estudantes, com uma taxa de desistência escolar de aproximadamente 15 por cento, afetando sobretudo as raparigas.

No que diz respeito ao financiamento, Angola dedica uma proporção do orçamento nacional à educação inferior às referências internacionais recomendadas pela Parceria Global para a Educação (GPE), que sugere 15-20 por cento do orçamento ou 4-6 por cento do PIB. Entre 2014 e 2017, os gastos públicos em educação caíram 43 por cento em termos reais, refletindo o impacto da crise do petróleo e a necessidade de ajuste fiscal. Desde então, o nível de investimento em educação permaneceu praticamente estagnado, situando-se abaixo de 2 por cento do PIB entre 2015 e 2020, valor significativamente inferior à média da África Subsaariana (4,2 por cento do PIB) e de países pares como África do Sul (6,5 por cento), Zâmbia (4,5 por cento) e República do Congo (3,9 por cento).[3]

A composição do gasto público em educação evidencia desafios significativos de eficiência e equidade. Em 2020, aproximadamente 85,4 por cento dos recursos foram destinados ao pagamento de salários, enquanto os investimentos em bens, serviços e infraestrutura permaneceram relativamente baixos. Essa concentração orçamentária compromete a qualidade da oferta educacional, especialmente no ensino primário, onde o gasto per capita com alunos caiu quase pela metade entre 2015 e 2019. Como consequência, agravam-se problemas como turmas superlotadas, escassez de materiais didáticos e infraestrutura inadequada — sobretudo em áreas rurais. Além disso, a alocação de recursos por nível de ensino revela um padrão desigual: 53,9 por cento foram direcionados ao ensino secundário e 25,7 por cento ao primário, enquanto a educação infantil recebeu apenas 0,02 por cento do total, refletindo um histórico de subfinanciamento nesse estágio crucial do desenvolvimento infantil.[4]

[3] World Bank. 2023. Angola Public Finance Review.
[4] Ibid.

Além disso, a distribuição dos recursos entre províncias é desigual, com algumas regiões gastando menos de um terço por aluno em comparação com outras. Essa disparidade reflete-se em diferenças acentuadas nos indicadores de acesso, permanência e conclusão escolar, penalizando sobretudo as crianças das famílias mais pobres e das zonas rurais. A execução orçamental do sector educativo é outro ponto crítico: entre 2015 e 2020, a taxa média de execução foi de apenas 75,9 por cento, sendo ainda menor para investimentos em capital e para a educação pré-escolar. Isso indica fragilidades na gestão financeira pública, problemas de fluxo de caixa e limitações na capacidade de planeamento e implementação de políticas educacionais. O contexto de subfinanciamento e ineficiência foi agravado pela pandemia de COVID-19, que não só interrompeu o progresso em indicadores-chave, como também ampliou as desigualdades no acesso e na qualidade da educação.

Angola necessita aumentar o orçamento da educação, priorizando o ensino básico e a expansão da capacidade das escolas públicas, especialmente em áreas vulneráveis, incluindo por meio da adoção de critérios transparentes e baseados em necessidades para a alocação de recursos entre províncias, a implementação de um quadro de despesas de médio prazo e o fortalecimento da gestão financeira e da execução orçamental no sector. A subvenção solicitada à GPE vem apoiar este esforço, através de uma análise detalhada das despesas públicas no sector educativo de Angola visando oferecer recomendações de intervenções estratégicas para responder aos desafios identificados e contribuam para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das metas nacionais de educação, com foco na melhoria do volume, equidade e eficiência dos gastos públicos.

III. GPE EM ANGOLA

Subsídios da GPE em Angola

Angola tem beneficiado de diferentes mecanismos de financiamento da GPE, com destaque para a SCG e o Fundo Multiplicador. Em Junho de 2023, o país recebeu uma subvenção SCG no valor de US$111.243. Esta subvenção teve como objetivo apoiar as actividades do secretariado e da coordenação do LEG, bem como a elaboração do Pacto de Parceria.

Em Abril de 2024, Angola concluiu com sucesso a candidatura ao Fundo Multiplicador da GPE, garantindo o financiamento máximo de US$50 milhões. Este montante foi mobilizado em conjunto com um empréstimo de 150 milhões de dólares do Banco Mundial, totalizando US$200 milhões para a primeira fase do Projecto de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (TEST). O TEST visa transformar o ecossistema de formação inicial de professores como resposta à crise de aprendizagem no país. O projecto é implementado pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), em colaboração com o MED, e foi desenvolvido com forte envolvimento do LEG e alinhamento com as prioridades estratégicas estabelecidas no Pacto de Parceria. O financiamento da GPE no âmbito do TEST está concentrado na componente de melhoria da qualidade dos estudantes admitidos ao ensino superior, com US$40 milhões destinados à expansão da formação inicial de professores e US$10 milhões para a melhoria da qualidade dos programas de formação docente.

Angola continua elegível para aplicar ao financiamento remanescente do SCG no valor de US$1.8 milhões. Estes apoios refletem o compromisso da GPE com a transformação sistêmica da educação em Angola, promovendo maior equidade, qualidade e acesso à educação básica.

Seleção dos Agentes de Subvenção

A seleção do agente de subvenção para o SCG foi feita através de um processo competitivo, com a seleção de dois agentes – UNICEF e Banco Mundial. O Banco Mundial foi selecionado como agente de subvenção para o reforço das capacidades do sistema com base na proposta aqui apresentada com foco na área de financiamento. Neste sentido, contribuiu a vasta experiência na realização de revisões sobre os gastos públicos em diversos sectores, e neste caso particular, no sector da educação, de modo a responder ao factor facilitador de alta prioridade para Angola.

Objectivo do Subsídio

A proposta de subvenção aqui apresentada visa apoiar o MED de Angola no fortalecimento das capacidades institucionais para desenvolver, implementar e monitorar políticas educacionais mais eficazes, com foco na melhoria do volume, equidade e eficiência dos gastos públicos com educação. Alinhada ao Pacto de Parceria e às recomendações do ITAP da GPE, a proposta contempla acções como a realização de uma revisão das despesas públicas em educação, a elaboração de um quadro de despesas de médio prazo e o desenvolvimento de um plano de acção conjunto com o MINFIN. Também está prevista a criação de uma fórmula de financiamento e alocação de professores baseada em critérios de equidade, incluindo género e localização geográfica. Estas intervenções visam garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma mais justa e orientada para resultados, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e a melhoria das aprendizagens em Angola.

O Banco Mundial e o UNICEF coordenarão as suas atividades, assegurando que a Análise do Sector da Educação, liderada pelo UNICEF, esteja alinhada com a PER e o MTEF conduzidos pelo Banco Mundial. As equipas trabalharão com fontes de dados harmonizadas, um calendário conjunto e mensagens-chave coerentes, definidos num ateliê inicial destinado a acordar indicadores, metodologias e protocolos de partilha e validação de dados. Reuniões técnicas regulares e a partilha de versões preliminares assegurarão consistência entre os diagnósticos sectoriais, a análise da despesa pública e a planificação orçamental de médio prazo, resultando em recomendações integradas e mutuamente reforçadoras para o MED e o MINFIN.

IV. SUBSÍDIO PARA O REFORÇO DAS CAPACIDADES DO SISTEMA

Janela de Financiamento

Em 2023, o LEG em Angola conduziu uma AFF com o objectivo de identificar os principais bloqueios à transformação do sistema educativo. Entre os quatro factores avaliados — Dados e Evidências; Planificação, Política e Monitoria sensíveis ao género; Coordenação do Sector e do Financiamento; e Volume, Equidade e Eficiência dos Gastos Públicos com Educação — este último foi classificado como de prioridade alta. A análise revelou que Angola na educação investe abaixo dos padrões internacionais recomendados pela GPE, com recursos distribuídos de forma desigual entre regiões e grupos sociais, e com altos níveis de ineficiência refletidos em baixas taxas de conclusão e elevadas taxas de repetência.

O ITAP da GPE validou os achados da AFF, destacando a urgência de reformas estruturais para melhorar a alocação e a utilização dos recursos públicos no sector educativo. Em resposta, o MED, em articulação com o MINFIN, comprometeu-se a liderar acções coordenadas para enfrentar esses desafios. Entre as medidas propostas estão a realização de uma revisão dos gastos públicos com educação, a elaboração de um quadro de despesas de médio prazo e o desenvolvimento de um plano de acção conjunto entre os dois ministérios, com foco em estratégias orçamentárias sustentáveis e equitativas, incluindo o esboço de uma fórmula de financiamento e alocação de professores baseada em critérios de equidade, entre eles género e localização geográfica.

A proposta de subvenção para a Janela de Financiamento 2 - Mobilizar uma acção e financiamento coordenados, de forma a promover uma mudança profunda no sistema - surge, portanto, como um instrumento estratégico para operacionalizar essas acções prioritárias. Ela visa apoiar tecnicamente o governo angolano na formulação de políticas baseadas em evidências, no desenvolvimento de uma proposta de fórmula de financiamento e na análise dos salários docentes, com o objectivo de promover uma distribuição mais eficiente dos recursos. Ao fortalecer a governança financeira do sector, a proposta busca garantir que os investimentos públicos em educação contribuam efetivamente para a melhoria da aprendizagem e para a redução das desigualdades educacionais no país.

Esta secção apresenta de forma sucinta as três actividades contempladas nesta proposta de candidatura à segunda alocação do SCG, resultado da AFF e das respectivas recomendações do ITAP, do processo de elaboração do Pacto de Parceria, e das discussões com a equipa da força tarefa do LEG sob a liderança ativa do MED.

Actividade 1 – Revisão dos Gastos Públicos com Educação (PER)

Desafio

O financiamento adequado viabiliza os insumos necessários à implementação das políticas educacionais, como a oferta de professores qualificados, infraestrutura escolar e materiais de aprendizagem. Embora a disponibilidade de recursos financeiros não garanta, por si só, uma educação de qualidade, esta é inviável sem recursos adequados. Além disso, governos enfrentam crescente pressão para utilizar os recursos de forma eficiente, mas muitas vezes carecem de orientações claras sobre como investir e gerir os sistemas de financiamento escolar, e a forma como o dinheiro é gasto é tão ou mais importante do que quanto se gasta.

Apesar dos esforços do Governo de Angola para reforçar o financiamento do sector da educação, os níveis atuais de investimento permanecem aquém da meta de 15 a 20 por cento do OGE para o sector. Além do volume insuficiente de recursos, a distribuição orçamental revela sérias desigualdades e ineficiências, incluindo a ausência de uma fórmula clara para a atribuição de recursos em função do número de alunos ou necessidades locais, comprometendo a equidade e a eficácia do sistema. Por sua vez, o desperdício de recursos resultante de baixas taxas de conclusão e elevadas taxas de repetência reforçam a urgência de uma análise dos gastos públicos com educação, a qual permitirá identificar gargalos, propor uma fórmula de financiamento mais justa e orientar políticas que promovam maior eficiência, equidade e impacto dos investimentos públicos no sector educativo.

Proposta

A PER é um instrumento analítico utilizado para avaliar a adequação, eficiência e eficácia da despesa pública com educação. Inclui uma avaliação dos padrões de despesa, dos processos orçamentais e do impacto das despesas nos resultados das políticas, fornecendo informações sobre a forma como os fundos públicos são utilizados e identificam áreas para melhorar a eficiência e realocar recursos para alcançar melhores resultados.

De modo geral, a PER procura responder as seguintes questões[5]:

(i) Quem financia a educação e como os recursos são canalizados?
(ii) Quanto o governo gasta e onde?
(iii) O sistema de gestão financeira pública está estruturado para reforçar a responsabilidade financeira?
(iv) Em relação às políticas e normas do governo, quanto é necessário agora (adequação) e o que pode ser sustentado no médio e longo prazo (sustentabilidade)?
(v) Os recursos públicos estão sendo utilizados de forma eficiente e eficaz?
(vi) Os gastos públicos promovem equidade?

Além da PER, em que são avaliadas as questões relacionadas com a adequação, equidade e eficiência dos gastos públicos, esta actividade incluirá três ações complementares:

(i) O esboço de uma fórmula de financiamento para o sector da educação com base nos arranjos actuais e experiências internacionais. O objetivo é alocar fundos com base em critérios específicos, como números de matrículas, necessidades e eficiência do sector, visando assegurar uma distribuição equitativa e eficiente dos fundos da educação, abordando as disparidades e promovendo melhores resultados educativos.
(ii) Uma análise dos salários dos docentes, de factores como níveis salariais, benefícios e comparações com outras profissões e salários de docentes entre diferentes regiões ou países. O objectivo é entender como os salários dos docentes podem afetar o recrutamento, a retenção e os resultados educacionais gerais. É um recurso para ajudar os decisores políticos a compreender as implicações dos salários dos docentes e assim auxiliar no planeamento e alocação de recursos visando melhorar o desempenho dos docentes e os resultados educacionais dos alunos.

[5] World Bank. 2017. Education Public Expenditure Review Guidelines.

(iii) Visita de estudo para aprender da experiência do Brasil com as políticas de arrecadação de recursos para o sector educativo, incluindo o desenho da fórmula de financiamento utilizada para a alocação dos recursos entre os diversos níveis de ensino, e experiências relevantes com a monitoria do uso dos recursos e responsabilização.

Com vistas à efetiva operacionalização das recomendações advindas da PER, esta proposta contempla o estabelecimento de mecanismos robustos de apoio técnico e institucional, a serem implementados em estreita articulação com o MINFIN, por meio do desenvolvimento de um plano de acção conjunto. Possíveis acções podem incluir: (i) a criação de um sistema integrado de gestão e análise de dados educacionais, capaz de subsidiar o monitoramento das despesas e a avaliação dos resultados das políticas públicas; (ii) a realização de estudos periódicos sobre a eficiência da alocação de recursos, com vista à formulação de critérios equitativos para distribuição orçamentária entre províncias e subsistemas de ensino; e (iii) a implementação de projetos-piloto de financiamento baseado em resultados, nos quais o desembolso de recursos estará condicionado ao alcance de metas previamente pactuadas, tais como a elevação das taxas de conclusão escolar ou a redução das disparidades regionais. Tais iniciativas ajudariam a assegurar a sustentabilidade das reformas propostas, promovendo a transparência e a responsabilização na gestão dos recursos públicos, e fortalecendo a capacidade para produzir evidências para a tomada de decisão, contribuindo, assim, para o aprimoramento da qualidade e da equidade no setor educacional em Angola.

Actividade 2 – Quadro de Despesas a Médio Prazo (MTEF)

Desafio

O sector da educação em Angola enfrenta desafios persistentes de subfinanciamento, ineficiência na alocação de recursos e desigualdades regionais e de género no acesso e na qualidade dos serviços educacionais. Apesar dos compromissos internacionais assumidos, o país tem historicamente destinado percentagens muito inferiores à educação, comprometendo a implementação de políticas públicas eficazes. A ausência de um instrumento de planeamento orçamental de médio prazo impede a previsibilidade dos investimentos, a priorização de ações com maior impacto e a transparência na gestão dos recursos. Isso agrava as disparidades geográficas — como evidenciado por diferenças de até três vezes no gasto por aluno entre províncias — e limita a capacidade do Governo de Angola para responder de forma sustentável às necessidades crescentes do sistema educativo.

Proposta

A elaboração de um Quadro de Despesas de Médio Prazo (MTEF) para o setor da educação surge como uma resposta estratégica a esses desafios ao permitir:

(i) Planeamento plurianual realista e alinhado com metas nacionais e internacionais.
(ii) Promoção da melhoria da eficiência e equidade na alocação de recursos, com foco em subsistemas prioritários (como o ensino primário) e grupos vulneráveis (como meninas e crianças fora da escola).
(iii) Fortalecimento da coordenação entre o MED, MINFIN, e parceiros de desenvolvimento, promovendo uma visão comum e integrada do financiamento do sector.
(iv) Promoção da transparência e responsabilização, ao vincular os recursos a metas claras e indicadores de desempenho.

(v) Promoção da sustentabilidade fiscal das reformas educacionais, como a expansão da formação de professores e a implementação de avaliações nacionais de aprendizagem.

Em resumo, o MTEF é um instrumento orçamental que estabelece uma ligação entre as prioridades políticas e as despesas públicas num horizonte de médio prazo, normalmente de três a cinco anos. Inclui projeções de receitas e despesas, objectivos políticos e metas de desempenho, alinhando os recursos disponíveis com as prioridades estratégicas e assegurando a disciplina orçamental. No contexto educacional, o MTEF será utilizado para permitir o planejamento plurianual, o monitoramento contínuo dos resultados e a disciplina orçamental, promovendo maior transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos. O desenvolvimento do METF envolverá ampla coleta de dados, análise e consultas às partes interessadas, enquanto sua operacionalização incluirá capacitação das equipes técnicas, protocolos de uso e atualização periódica dos dados, fortalecendo a tomada de decisão baseada em evidências.

Actividade 3 – Plano de Acção Conjunto (PAC) com o Ministério das Finanças (MINFIN)

Desafio

A ausência de mecanismos formais de coordenação entre o MED e o MINFIN dificulta o alinhamento entre as prioridades políticas e a alocação orçamental, comprometendo a execução de políticas públicas essenciais, como a valorização docente e a melhoria das aprendizagens. A falta de previsibilidade dificulta o planeamento de médio prazo e há desigualdade na distribuição dos recursos, em que os critérios de financiamento não consideram adequadamente aspectos como desempenho e necessidades locais. Além disso, a inexistência de um plano conjunto também limita a capacidade de monitoramento e responsabilização, dificultando o acompanhamento sistemático do uso dos recursos e dos resultados alcançados.

Proposta

A elaboração de um PAC entre o MED e o MINFIN é uma resposta estratégica aos desafios estruturais que afetam a eficácia do financiamento educacional em Angola. Visa estabelecer uma base sólida de cooperação entre os ministérios, promovendo o alinhamento estratégico entre políticas e orçamento, o fortalecimento do planeamento de médio prazo e a melhoria da eficiência e equidade na alocação de recursos. Além disso, o plano permitiria a institucionalização de práticas de monitoramento baseadas em resultados, contribuindo para maior transparência, responsabilização e sustentabilidade das reformas educacionais em curso.

V. ORÇAMENTO

Janela de Financiamento 2 - Mobilizar uma acção e financiamento coordenados, de forma a promover uma mudança profunda no sistema					
Actividades	Financiamento (US$)				Total
	Q2/26	Q3/26	Q4/26	Q1/27	
Revisão dos Gastos Públicos com Educação (PER)	88,250	101,250	41,650	30,300	261,450
Elaboração do Quadro de Despesas a Médio Prazo (MTEF)	18,175	19,925	5,750	3,500	48,350
Desenvolvimento do Plano de Acção Conjunto (PAC) com o Ministério das Finanças (MINFIN)	17,100	16,600	2,250	2,250	38,200
Total	123,525	137,775	49,650	36,050	347,000

A distribuição detalhada dos custos estimados é fornecida através da planilha de Excel da GPE em anexo a esta proposta de subvenção.

VI. CRONOGRAMA

Janela de Financiamento 2 - Mobilizar uma acção e financiamento coordenados, de forma a promover uma mudança profunda no sistema														
Produtos	**Actividades**	**2026**										**2027**	
		3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2
Revisão das despesas públicas do setor da educação (PER)	Revisão das despesas públicas do setor da educação												
	Estudo sobre salário dos docentes												
	Fórmula de financiamento do setor												
	Consultas públicas												
	Validação												
	Viagem de Estudo												
	Materiais de Comunicação												
Quadro de Despesas de Medio Prazo (MTEF)	Planeamento												
	Relatório												
	Validação												
	Publicação												
PAC entre MED e MINFIN	Planeamento												
	Reuniões técnicas de elaboração conjunta												
	Validação												